

Projetos para educação não saem do papel

Ângela Oliveira

Num país de misérias, onde cerca de 30,6 por cento das crianças e adolescentes vivem em famílias com uma renda per capita de

até um quarto do salário mínimo, por mais que sejam empreendidos esforços, não se pode resolver apenas em um governo um problema sério como o da educação brasileira. Mas apesar do ministro Carlos Chiarelli repetir constantemente que está se empenhando ao máximo para promover a melhoria do ensino, a maioria dos projetos até o momento não saiu do papel, enquanto que a nação assiste o acelerado sucateamento do setor.

Com poucas chances de reeleição e ameaçado de perder a disputa por uma cadeira na Câmara Federal, o ex-senador chegou ao Ministério da Educação, um setor privilegiado em verbas do orçamento, mas que acabou sendo



atingido por cortes. Assim que assumiu o ministério, Chiarelli que também foi professor universitário no interior do Rio Grande do Sul, enfrentou a sua primeira barreira, colidindo com o colégio dos reitores, que não concordavam com cortes de pessoal nas universidades. Ganharam os reitores e ficou a promessa de mais cursos noturnos.

Durante todo o ano passado, a população brasileira teve que conviver com o dilema das mensalidades escolares. A proposta da livre negociação só serviu para causar desgastes não apenas nos donos de escolas, mas principalmente nos pais de alunos que tiveram que continuar desembolsando relevante fatia dos seus salários para que seus filhos continuassem frequentando escolas privadas, supostamente de melhor qualidade. Em 1991 o impasse permanece. A medida provisória que tratava da livre negociação, depois de ser reeditada por várias vezes, foi votada pelo Congresso Nacional, transformando-se em lei e a cartada final acabou ficando com os proprietários de escolas, que ganharam o direito de fixar o valor da mensalidade a ser cobrada.